



União quer que GO e CE entrem em plano de economia

A Advocacia-Geral da União (AGU) quer suspender as liminares que estão impedindo a implantação do horário de verão em Goiás e Ceará.

As liminares foram concedidas pela juíza da 4ª Vara da Justiça Federal de Goiás, Ionilda Maria Carneiro Pires e pelo juiz da 7ª Vara da Justiça Federal do Ceará, Francisco das Chagas Fernandes.

A União argumenta que o horário de verão possibilita economia de energia já registrado nos anos anteriores, com impacto financeiro ao Erário.

De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os resultados da implantação do horário de verão em 2000/2001 indicam reduções de 2.220 MWh/h no sistema Sul/Sudeste/Centro-Oeste comparável à demanda da cidade de São Paulo e de 80 MWh/h na Bahia, que equivale à demanda da cidade de Feira de Santana (BA).

Date Created

11/10/2001